



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



**LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2015
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.**

CERTIFICO QUE

O Documento de Nº LC 010/2015
Foi publicado nesta data no mural desta.
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra - RS.

Em 15/12/15

Responsável: Munice

**ALTERA, REVOGA E ACRESCENTA
DISPOSITIVOS NA LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

GILNEI MEDEIROS BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA/RS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 02/2015, e o mesmo sanciona e promulga a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Fica alterado a redação do Art. 98 da Lei Complementar 02/2002, para a seguinte redação:

"Art. 98 – A arrecadação dos tributos e demais créditos será procedida:

- I – Por pagamento voluntário nos prazos previstos;**
- II – Através de cobrança extrajudicial após o vencimento;**
- III – Mediante ação executiva; ou**
- IV – Mediante protesto extrajudicial."**

Art. 2º - Ficam alterados por nova redação os Arts. 123 e parágrafo único, 124 e parágrafo único e 126 da Lei Complementar 02/2002, para a seguinte redação:

"Art. 123 - Constitui dívida ativa a proveniente de crédito tributário e não tributário, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único - A dívida ativa será apurada e inscrita na Fazenda Municipal.





Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



Art. 124 - A inscrição do crédito tributário e não tributário em dívida ativa far-se-á, obrigatoriamente, até 31 (trinta e um) de março do exercício seguinte àquele em que o tributo é devido.

Parágrafo único - No caso de tributos e demais créditos lançados fora dos prazos normais, a inscrição do crédito far-se-á até 60 (sessenta) dias após o prazo de vencimento.

.....

Art. 126 - Na hipótese de parcelamento do pagamento do crédito inscrito em dívida ativa, o mesmo será consolidado na data do parcelamento e cada parcela será corrigida monetariamente.

§ 1º - Atendidos os requisitos da Lei, o parcelamento poderá ser em até 36 (trinta e seis) pagamentos, mensal e sucessivo respeitado o limite mínimo de 0,1 VRM por parcela.

§ 2º - O contribuinte inscrito em Dívida Ativa que procurar o Órgão Fazendário com o objetivo de efetuar o pagamento de seus débitos, parcelados ou não, terá direito ao desconto de 50% (cinquenta por cento) das multas moratórias e dos juros, somente quando o pagamento for realizado à vista.

§ 3º - O não pagamento de até 03 (três) prestações consecutivas do débito parcelado acarretará o imediato cancelamento do benefício do parcelamento, independentemente de aviso prévio ou notificação, promovida a imediata cobrança do saldo devedor através da ação executiva.

§ 4º - Os débitos parcelados, mesmo que vencidos ou cancelados, poderão ser reparcelados.

§ 5º - Para os reparcelamentos conforme disposto no parágrafo 4º será necessário o pagamento de uma entrada de no mínimo 15% (quinze por cento) do saldo devedor existente.

§ 6º - Os débitos ajuizados ou protestados também poderão ser objeto de parcelamento, desde que previamente pagas as custas e honorários, salvo no caso de assistência judiciária gratuita.



BOA VISTA

T
E
R
R
A

D
A

P
R
O
S
P
E
R
I
D
A
D
E



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



§ 7º - No parcelamento, nas dívidas inscritas, ajuizadas ou não, a taxa de juros incidente sobre o saldo devedor parcelado será de 0,5 % (meio por cento) ao mês.

§ 8º - Em caso de atraso no pagamento do parcelamento, incidirão os acréscimos previstos nesta lei.”

Art. 3º - Fica alterado o Art. 155 da Lei Complementar 02/2002, com inclusão dos §§ 1º, 2º e 3º, com a seguinte redação:

“Art. 155 - Os débitos para com o Município decorrentes de créditos tributários e não tributários não pagos nos prazos previstos nesta lei serão corrigidos e acrescidos de multa de mora e de juros.

§ 1º - A correção será calculada com base na variação anual do IPCA.

§ 2º - A multa e o juro serão calculados sobre o montante do tributo corrigido monetariamente, conforme estabelece o artigo 156.

§ 3º - No caso de ação fiscal a multa, independentemente dos outros acréscimos legais, será de 60% sobre o montante do tributo corrigido monetariamente.

I - O valor das multas por ação fiscal será reduzido para 15% (quinze por cento) se o pagamento for efetuado no prazo legal de impugnação.

II - O valor das multas por ação fiscal será reduzido para 25% (vinte e cinco por cento) se o parcelamento for efetuado no prazo legal de impugnação.

III - Nos casos de impugnação tempestiva e em primeira instância, sendo essa deferida parcialmente, o contribuinte terá direito aos benefícios dos incisos I e II.

IV - Na impugnação tempestiva, a multa será reduzida para 30% (trinta por cento) caso o pagamento do débito seja efetuado dentro de 30 dias da ciência da decisão de primeira instância.



BOA VISTA



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



V - Na impugnação tempestiva, a multa será reduzida para 35% (trinta e cinco por cento) caso seja efetuado o parcelamento do débito em 30 dias da ciência da decisão de primeira instância.

VI - O descumprimento do parcelamento importará no retorno à situação anterior, com a dedução dos valores pagos.”

Art. 4º - Fica alterado o Art. 156 da Lei Complementar 02/2002, com a inclusão do parágrafo único, da seguinte forma:

“Art. 156 – O pagamento dos tributos após o prazo fixado em lei terá incidência de multa à razão de 0,10 (zero virgula dez por cento) por dia de atraso até o máximo de 10% (dez por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo Único – O percentual de multa prevista neste artigo, quando inscrita em dívida ativa será de 20%.”

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor em primeiro de janeiro de 2016, respeitada as disposições da Emenda Constitucional 42/03.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário, em especial o artigo 106 da Lei Complementar 002/2002.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Boa Vista do Incra, 10 de dezembro de 2015.


Gilnei Medeiros Barbosa
Prefeito Municipal



T
E
R
R
A

D
A

P
R
O
S
P
E
R
I
D
A
D
E